

CASA BANCÁRIA REID, CASTRO & C.^A (1905-1931)

No dia 23 de dezembro de 1905, realizou-se a primeira escritura da sociedade por quotas Reid, Castro & C.^a, Ltd., sediada na cidade do Funchal. Com o capital fixado em 60 000\$000 de réis, apresentaram-se como sócios fundadores um grupo de sete personalidades de renome no comércio e indústria madeirense: William James George Reid; Alfred Edward Reid; Henrique Augusto Vieira de Castro; Abraham Adida; 1.º visconde de Caçongo; Sir Alfred L. Jones; Eduardo A. Cunha (Arquivo Histórico do Banco de Portugal, «Processo Reid, Castro & C.^a», 7 de dezembro de 1931). Antes de cessar o primeiro decénio do século XX, a referida sociedade, de índole bancária, sofre constantes alterações que reduziram substancialmente o número efetivo de sócios, através da compra da quota de Eduardo A. da Cunha por Henrique Augusto Vieira de Castro (em 21 de julho de 1909), a aquisição, por este, da parte do capital do 1.º visconde de Caçongo (em 18 de setembro de 1909) e a compra, aos herdeiros, da quota de Alfred L. Jones por William James George Reid, Alfred Edward Reid e Henrique Augusto Vieira de Castro (em 2 de março de 1910) (*ibidem*). Em 29 de maio de 1912, com elaboração de uma nova escritura, assente nas notas do notário Frederico Augusto de Freitas, os sócios decidiram-se pela liquidação da sociedade por quotas e, por unânime assentimento, registaram uma nova firma comercial em nome coletivo, por tempo indeterminado e de responsabilidade ilimitada, denominada Reid, Castro & C.^a («Processo...», escritura de aumento de capital de 29 de maio de 1912). Apresentam como capital social a quantia de 100 000\$000 de réis, distribuídos em proporções diferentes pelos quatro sócios — Henri-

que Vieira de Castro 40 000\$000 de réis, William James George Reid e Alfred Edward Reid 25 000\$000 de réis cada e Abraham Adida 10 000\$000 de réis (artigo 3.º) —, divisão essa que influía na repartição dos lucros e dos prejuízos, no caso de uma futura dissolução ou liquidação da Casa Bancária (artigo 12.º). Mediante um vencimento anual específico, coube a Henrique Vieira de Castro o estatuto de gerente da firma (artigo 6.º), cujo objetivo assentou nas «transacções bancárias, podendo além destas, proceder a quaisquer outras negociações por acordo unânime dos sócios» (artigo 4.º). Passados alguns dias, em 17 de junho de 1912, os sócios da Reid, Castro & C.^a voltam ao cartório de Frederico de Freitas para um aditamento sumário à escritura anterior, com o intuito de não deixar quaisquer imprecisões futuras sobre a liquidação da anterior sociedade e consequente constituição da nova firma: «Que a antiga sociedade por quotas, que girava nesta praça sob a firma Reid, Castro & Companhia Limitada, ficou dissolvida e completamente liquidada prehenchendo-se os associados, respectivamente, do que, por direito, lhes pertencia na mesma. Que o título da sociedade dissolvida fica distratado para todos os efeitos, e o demais constante da citada escritura de vinte e nove de Maio último representa a nova sociedade comercial entre eles constituído [...]» («Processo...», escritura de aditamento de 17 de junho de 1912.) Com a morte de Abraham Adida, os familiares diretos — os filhos David Adida e Alegria Adida Vieira de Castro — herdaram a sua participação no capital social da Casa Bancária (10 000\$00) («Processo...», certidão de 21 de maio de 1925), levando a que, em escritura de 3 de junho de 1925, os restantes

sócios optassem pela liquidação dos seus direitos através da aquisição da sua quota («Processo...», escritura de cessão de 3 de junho de 1925). Uma situação similar se sucedeu dois anos depois, com o falecimento, na cidade de Lisboa, de Henrique Augusto Vieira de Castro, passando, em 31 de maio de 1927, a sua quota para as mãos dos seus herdeiros, que continuaram como sócios integrantes na firma («Processo...», 7 de dezembro de 1931). Instalada no Largo do Comércio, 4 e 5 (Mello, Carita, 2002: 130), a casa bancária Reid, Castro & C.^a apresenta como balanço geral, de 30 de setembro de 1927, um total de 28 214 522\$58, em que se salienta, no ativo, 3 479 900\$93 de papéis de crédito (fundos flutuantes), com títulos de sociedades de diferente teor e nacionalidade: 500 títulos da Rente Française (2181\$25); 40 títulos de obrigações do Crédit National (5940\$00); 5 ações da Empresa Val do Cavallo (250\$00); 200 ações do Bank of British West Africa, Ltd. (9254\$48); 87 ações da Companhia de Seguros Aliança Madeirense (4058\$00); 20 ações do Banco Industrial Português* (5\$00); 40 000 ações do Reid's Palace Hotel, Ltd. (3 200 000\$00); 5565 ações privilegiadas a receber das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, da companhia que explorar as quedas de água do Rio Zêzere (528 212\$30). No que compete às letras, foram descontadas um total de 73 973\$20, tendo na conta letras a receber a quantia de 1662\$00. No lado do passivo, apresenta-se a avultada quantia de 11 739 420\$79 em depósitos — divididos nas categorias a prazo (4 457 784\$35), à ordem (5 616 224\$06) e à ordem em moeda estrangeira (1 665 412\$38) —, 2 000 000\$00 de *Fundo de Reserva* e 1 000 000\$00 da conta *Fundo de Reserva Variável* («Processo...», balanço geral de 30 de setembro de 1927). Já em dezembro de

1931, a Casa Bancária empregava sete funcionários (Abílio Rodrigues, João Carlos Sousa Rodrigues, Luís Nunes Pereira, José Bettencourt da Câmara, R. F. Evans, Mário Galvão, João Francisco Teixeira) e tinha como correspondentes diferentes instituições no estrangeiro, no continente e nos Açores: Banco Borges & Irmão* (agências de Lisboa e Porto); Caixa de Crédito Micaelense*; Banco do Faial*; Fonseca, Santos & Viana*; Ventura, Coelhos, Counhago & C.^a*; Banco de Roma; Bank British West Africa; Comptoir Nat. Escompte; Credit Lyonnais; Credit Lyonnais Madrid. Para além das instalações abertas ao público, situadas no Largo do Comércio, o exercício da atividade bancária influiu num aumento do seu património imobiliário, tendo, em dezembro de 1931, mais 15 edifícios: Rua do Bettencourt (800 000\$00); Rua do Comércio, 38, 42, 44 e 46 (80 000\$00); Rua de 5 de Outubro (40 000\$00); Rua da Figueira Preta (1500\$00); Rua da Conceição, 19 e 21 (30 000\$00); Babosas (monte), antigo Hotel Caminata (50 000\$00); Rua de 31 de Janeiro (25 010\$00); Travessa dos Reis (7829\$00); Largo do Comércio (150 000\$00); Largo do Carmo (hotel) (500 000\$00) («Processo...», balanço geral de 7 de dezembro de 1931). A crise provocada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque estendeu as suas repercussões a nível mundial, chegando até ao arquipélago da Madeira, através da falta de escoamento da cana-de-açúcar e do vinho, dois produtos então basilares na sua balança comercial. O sucessivo encerramento de fábricas e casas comerciais causou grande instabilidade nas instituições financeiras, levando-as a uma falta de liquidez. Em novembro de 1930, a Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, intimamente conectada com as grandes superfícies industriais da moa-

gem e do vinho, entrou em liquidação, desencadeando uma intensa corrida da população às suas congéneres na praça do Funchal, no intuito de procederem a levantamentos dos seus depósitos, o que levou ao encerramento compulsivo de algumas instituições (Brazão, Abreu, 2008: 19-35; Mello, Carita, 2002: 133-137). À instabilidade financeira juntou-se a situação política então vigente, com o desencadeamento de rebeliões populares (a Revolta da Farinha) e de uma insurreição militar — entre 4 de abril a 2 de maio de 1931 —, conhecida na história pela Revolta da Madeira (Soares, 1979: 5-305). Como consequência das referidas convulsões, a Casa Bancária Reid, Castro & C.ª informa, em 7 de dezembro de 1931, a Inspeção do Comércio Bancário que, a partir desse dia, suspende os seus pagamentos e aguarda a vinda de um comissário nomeado pelo governo («Processo...», 7 de dezembro de 1931). O encerramento de mais uma das instituições de comércio bancário já não constituía novidade na praça madeirense, como nos dá a entender o trimensário humorístico *Re-nhau-nhau*, que versou sobre a Reid, Castro & C.ª nos seguintes modos: «Mais um de pernas para o ar [...] hoje Mr. Reid, conduzindo na carroça do lixo os despojos da firma Reid, Castro & C.ª, que acaba de dar a alma ao creador... dos bancos falidos...» (*Re-nhau-nhau*, n.º 69, de 12 de dezembro de 1931: 1). Perante o encerramento dos seus balcões, o governo nomeou, sem encargo para o Estado, o comissário Nuno de Vasconcelos Porto para acompanhar o respetivo processo de liquidação (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 270, de 16 de dezembro de 1931). No relatório final produzido por este, surge descrita como causa direta da suspensão de pagamentos da Reid Castro & C.ª o «arresto

das propriedades pessoais do sócio Sr. Alfred Reid. A firma agravou do despacho de penhora ganhando na relação de Lisboa e perdendo no Supremo Tribunal de Justiça» («Processo...», 25 de janeiro de 1940). Após a tomada de conhecimento da real situação da Casa Bancária pelo comissário, foi convocada uma reunião de credores, no dia 30 de maio de 1932, a fim de se proceder à escolha, por voto secreto, do seu representante na comissão liquidatária. Perante a apresentação da lista dos 60 maiores credores, salienta-se a presença de 39 senhores, 15 senhoras e 6 instituições — The Madeira House C.ª, Ltd., Banco Sardinha*, A. C. Burnay, Ltd., A. M. O., Escola de Artes e Ofícios e Rodrigues, Irmão & C.ª (*Diário de Notícias da Madeira*, 18 de maio de 1932 [anúncio]; *O Jornal*, 18 de maio de 1932 [anúncio]; *O Jornal*, 20 de maio de 1932 [anúncio]) — sendo os principais créditos pertencentes ao Banco Sardinha (1 760 714\$01) e ao banqueiro Luís da Rocha Machado (650 072\$50) («Processo...», 25 de janeiro de 1940). Ao longo dos anos de 1933 e 1934, procedeu-se à venda, em hasta pública, do património imóvel da instituição, de modo a poder saldar as suas dívidas para com os credores («Casa Bancária Reid Castro & C.ª (em liquidação)», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 18 de janeiro de 1933 [anúncio]; «Casa Bancária Reid Castro & C.ª (em liquidação)», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 19 de janeiro de 1933 [anúncio]; «Casa Bancária Reid Castro & C.ª (anúncio para arrematação)», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 1 de abril de 1933 [anúncio]; «Casa Bancária Reid Castro & C.ª (anúncio para arrematação)», in *Diário de Notícias da Madeira*, de 27 de maio de 1933 [anúncio]; «Casa Bancária Reid Castro & C.ª (em liquidação)», in *Diário da Madeira*, de

29 de setembro de 1934 [anúncio]; «Casa Bancária Reid Castro & C.^a (em liquidação)», in *Diário da Madeira*, de 9 de novembro de 1934 [anúncio]). A operação não obteve grande sucesso, visto que, em muitos casos, o preço da arrematação foi inferior à base de licitação, chegando mesmo a atingir metade desta, como se pode averiguar pelos apontamentos a lápis inseridos nos recortes dos artigos de jornal referentes a cada leilão realizado, presentes no Arquivo Histórico do Banco de Portugal*. O comissário Vasconcelos Porto explica, no relatório já citado, que «[...] dadas pois as circunstâncias [...] e a massa enorme de propriedades à venda no momento da liquidação, em resultado da falência de mais um banco, e da situação crítica doutros, a praça de propriedades feita pela comissão liquidatária foi inferior ao valor dos créditos privilegiados e portanto a percentagem a distribuir aos credores ordinários é nula» («Processo...», 25 de janeiro de 1940). No último balanço apresentado pela Reid Castro & C.^a, elaborado em 7 de dezembro de 1931 (quadro) — dia em que comunicou a suspensão de pagamentos à Inspeção do Comércio Bancário —, para além das já evidentes dificuldades na liquidez da casa bancária, revistos na conta caixa — em moeda nacional (165\$64) e em moeda estrangeira (39\$00) — e, no passivo, o volume avultado de devedores e credores em moeda nacional (1 734 752\$99) e em moeda estrangeira (11 214 105\$21), a conta *Carteira de Títulos* apresenta um valor extremamente elevado (13 628 045\$00), se compararmos com a mesma referência, já anteriormente descrita, apresentada no ano 1927 (3 479 900\$93). Nota-se a concentração dos papéis de crédito, anteriormente disseminados em dez empresas (1927), para somente três no

fim de 1931, com dois títulos negociados em escudos — 5 ações da Empresa do Val do Cavallo (250\$00) e 10 ações Banco Industrial Português* (5\$00) — e uma firma em libras esterlinas, que representa 123 889 ações da Companhia de Turismo da Madeira (13 627 790\$00) («Processo...», balanço geral de 7 de dezembro de 1931). O valor relativamente alto das ações desta última instituição constituiu uma hipótese viável de pôr cobro aos principais credores, embora, segundo Vasconcelos Porto, tal circunstância não fosse avante, «pelo facto da Companhia de Turismo da Madeira não ter tido possibilidades de desenvolver-se, tornando-se nulos os valores que figuravam na escrita em Activo de Esc: 13 628 045\$00 e eram representados quase exclusivamente por ações dessa Companhia» («Processo...», 25 de janeiro de 1940). A Casa Bancária Reid Castro & C.^a apresenta, em dezembro de 1931, algumas participações no capital social de outras empresas, num total de 2 032 690\$00, divididos em 1 000 000\$00 para a firma Madeira House (50% do capital e valor industrial do negócio) e em 1 032 696\$00 da Empresa das Águas da Rocha Vermelha («Processo...», balanço geral de 7 de dezembro de 1931). Este último estabelecimento, com sede no Funchal, teve como objetivo inicial a condução de água desde os terrenos das nascentes — situadas na serra do Fanal e nas margens da Ribeira da Janela, uma área total de 5 km² — até aos campos agrícolas (cerca de 1000 ha) pouco irrigados, situados na zona leste e oeste da ilha da Madeira. Com a crise financeira e política vivida nos inícios dos anos 30, as obras necessárias para o efeito foram interrompidas, constituindo-se, deste modo, em mais um impasse num possível pagamento

QUADRO — Balanço geral de 7 de dezembro de 1931 (Reid, Castro & C.ª)

Ativo		Subtotal	Total
Caixa	Em moeda nacional	165\$64	
	Em moeda estrangeira	39\$00	204\$54
Carteira de títulos	Títulos nacionais em escudos	255\$00	
	Títulos em libras esterlinas	13 627 790\$00	13 628 045\$00
Carteira comercial	Letras descontadas	1 030\$00	
	Letras protestadas	54 441\$84	55 471\$84
Agentes e correspondentes	No País	702\$73	
	No estrangeiro	193\$21	895\$94
Devedores e credores em moeda nacional			5 879 744\$94
Devedores e credores em moeda estrangeira			4 736 110\$31
Participações financeiras	Quotas noutras sociedades	2 032 696\$00	
	Departamento marítimo	500 000\$00	2 532 696\$00
Contas interinas			62 198\$26
Imobilizações	Imóveis	2 184 339\$00	
	Águas	4 540\$00	
	Móveis e utensílios	51 897\$38	2 240 866\$38
Despesas judiciais			3 841\$37
Redesconto de letras			311 850\$00
			29 451 924\$58
Passivo		Subtotal	Total
Capital			100 000\$00
Reservas	Legal	3 000 000\$00	
	Variável	2 340 000\$00	5 340 000\$00
Depósitos em moeda nacional	À ordem	687 101\$46	
	A prazo	1 567 598\$05	2 254 699\$51
Depósitos em moeda estrangeira			2 735 453\$37
Devedores e credores em moeda nacional			1 734 752\$99
Devedores e credores em moeda estrangeira			11 214 105\$21
Agências e correspondentes	no País	836\$46	
	No estrangeiro	446\$49	1 282\$95
Exigibilidades diversas	Encargos a pagar	170 774\$02	
	Imposto sobre transações	66\$83	
	Contas interinas	693 599\$22	864 440\$07
Credores por valores à cobrança			22 727\$04
Credores por garantias assumidas			311 850\$00
Juros e lucros			4 872 613\$44
			29 451 924\$58

Fonte: Arquivo Histórico do Banco de Portugal, «Processo Reid, Castro & C.ª», balanço geral de 7 de dezembro de 1931.

CASA BANCÁRIA RODRIGUES, IRMÃOS & C.^A (1922-1933)

aos credores da Casa Bancária. Em 21 de abril de 1933, a comissão liquidatária formulou um plano de viabilização da Empresa Rocha Vermelha, ao apresentar um ofício com pedido urgente de auxílio ao Ministério da Agricultura, propondo uma ajuda financeira para a execução total da obra, cujos benefícios, para além do aumento terreno agrícola arável, são explicados no documento que ora se transcreve: «[...] o grande auxílio financeiro que resultará da venda das mesmas águas, pois que, se obterá com esse rendimento, uma considerável percentagem a favor do passivo de Reid, Castro & C.^a a pontos de poderem ser muito diminuídos, ou mesmo sanados, os prejuízos dos seus credores.» («Processo...», 21 de abril de 1933.) Perante a ausência de resposta da parte do Ministério, em novembro de 1933, José Quirino de Castro, presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal, em nome da comissão liquidatária, reitera o mesmo pedido («Processo...», 25 de novembro de 1933), sem, aparentemente, obter qualquer tipo de resposta. O relatório final do comissário do governo (janeiro de 1940) indica que a Empresa das Águas da Rocha Vermelha entrou em liquidação, a pedido da Fazenda Pública,

junto do Tribunal da Ponta do Sol («Processo...», 25 de janeiro de 1940). Por fim, após a conclusão da liquidação da Casa Bancária Reid, Castro & C.^a, em portaria publicada em 12 de agosto de 1944, o Ministro das Finanças, Luís Supico Pinto, exonerou Nuno Vasconcelos Porto do cargo de comissário do governo junto da referida firma (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 187, de 12 de agosto de 1944).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo do Banco de Portugal, «Processo Reid, Castro & C.^a»; BRASÃO, Maria Elisa de França, e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira 1931*, 2.^a ed., Funchal, DRAC, 2008; CARITA, Rui, MELLO, e Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1836-1933)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2002; CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1933-2002)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2003; *Diário de Notícias da Madeira*, 18 de maio de 1932; 18 de janeiro de 1933; 19 de janeiro de 1933; 1 de abril de 1933; 27 de maio de 1933; 29 de setembro de 1934; 9 de novembro de 1934; *O Jornal*, 18 de maio de 1932; 20 de maio de 1932; *Re-nhau-nhau*, n.º 69, 12 de dezembro de 1931, p. 1; SOARES, João, *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, abril de 1979; Legislação: *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 270, de 16 de dezembro de 1931; 2.^a série, n.º 187, de 12 de agosto de 1944.

DMF

CASA BANCÁRIA RODRIGUES, IRMÃOS & C.^A (1922-1933)

Sediada na cidade do Funchal, Rodrigues, Irmãos & C.^a — sociedade comercial em nome coletivo, por tempo indeterminado — firmou a sua primeira escritura em 19 de abril de 1922, assente pelo notário Frederico Augusto de Freitas (Arquivo do Banco de Portugal*, «Processo Rodrigues, Irmãos & C.^a», escritura de

19 de abril de 1922). Integram-na, como sócios, Francisco Leão de Faria, Juvenal Henriques de Araújo, Francisco Roberto Câmara e os irmãos Henrique Augusto Rodrigues, Alfredo Guilherme Rodrigues e João Anacleto Rodrigues. Com as suas instalações comerciais nos n.ºs 1 e 3 do Largo do Comércio e no n.º 31 da Rua do